



MPV 793
00117

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

**EMENDA nº - CM
(à MPV nº 793, de 2017)**

SF/17054.607776-66

Altera o §4º, do artigo 3º, para deixar claro que o parcelamento do residual irá manter os descontos concedidos e não será exigida nenhuma outra entrada.

Altera-se o §4º, do artigo 3º, da Medida Provisória nº 793, de 31 de julho de 2017, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 3º

.....
§ 4º Encerrado o prazo do parcelamento, eventual resíduo da dívida não quitada na forma prevista no inciso II do **caput** poderá ser pago à vista, acrescido à última prestação, ou ser parcelado em até sessenta prestações, mantidas os descontos concedidos no PRR e sem nova entrada prevista no § 2º do art. 14-A da Lei nº 10.522, de 2002, respeitando-se as demais regras da Lei nº 10.522, de 2002 e”.

JUSTIFICATIVA

É importante deixar claro que o residual existente após o fim do prazo do PRR deverá ser quitado via parcelamento, mas mantendo as reduções e sem a necessidade de nova entrada ou pedágio.

Por estas razões, fica justificada a presente emenda.

Sala da Comissão, 04 de agosto de 2017.

Senador **ACIR GURGACZ**
PDT/RO